

MULTIDISCIPLINARIDADE EM MANUEL CORREIA DE ANDRADE

MULTIDISCIPLINARINITY ON MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Rafael Aubert de Araújo Barros¹

Luiz Eduardo Simões de Souza²

Resumo: Manuel Correia de Oliveira Andrade (1922 – 2007), geógrafo, historiador e cientista social pernambucano produziu uma vasta obra científica que ainda hoje é estudada por acadêmicos de diversos ramos das ciências sociais. Sua obra transita pela Geografia, Economia, História e Sociologia, de maneira a construir uma visão única da formação das sociedades e economias nordestinas. Esse caráter multidisciplinar faz parte de seu método, que propunha uma ciência social unificada e abrangente. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar e inserir essa proposta metodológica de Andrade dentro do desenvolvimento das ciências sociais em sua época. Para tanto, este texto inicia-se explanando os rumos das transformações das Ciências Sociais contrastando as interpretações de estudiosos com a visão de Andrade. A seguir, é analisado o caráter multifacetado e diversificado da obra de Andrade. Na última seção, tecem-se algumas considerações sobre o lugar de Manuel Correia na Historiografia e Geografia Econômica.

Palavras-chave: Multidisciplinaridade. Manuel Correia de Andrade. História Econômica.

¹ Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Economista pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: aubertbarrosfinan@hotmail.com.

² Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Docente dos programas de pós-graduação em História e Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA. E-mail: luizedusouza@gmail.com.

Abstract: Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007), a geographer, historian and social scientist from Pernambuco, Brazil, produced a vast scientific work that is still studied by academics from various branches of the social sciences. His work transits through Geography, Economy, History and Sociology, in order to build a unique vision of the formation of northeastern societies and economies. This multidisciplinary character is part of his method, which proposed a unified and comprehensive social science. This work intends on presenting and inserting this methodological proposal of Andrade within the development of the social sciences in his time. Therefore, this text begins by explaining the directions of the transformations in Social Sciences, contrasting the interpretations of scholars with Andrade's vision. Next, the multifaceted and diversified character of Andrade's work is analyzed. In the last section, some considerations are made about Manuel Correia's place in Economic Historiography and Economic Geography.

Keywords: Multidisciplinarity; Manuel Correia de Andrade, Economic History.

Introdução: Manuel Correia de Andrade e os Rumos das Ciências Sociais no Século XX

Manuel Correia de Oliveira Andrade (1922 – 2007), geógrafo, historiador e cientista social pernambucano produziu, durante mais de 50 anos de pesquisas e estudos acadêmicos sobre a região do nordeste brasileiro, uma vasta obra científica que ainda hoje é estudada por acadêmicos de diversos ramos das ciências sociais. Com mais de quatrocentos livros, produzidos em vida, a obra de Andrade transita pela Geografia, Economia, História e Sociologia de maneira a construir uma visão única da formação das sociedades e economias nordestinas. Conhecido por *A Terra e o Homem no Nordeste* (1962), que recebeu edições revisadas até o final da década de 2000, Manuel Correia de Andrade ofereceu uma série de outras contribuições ao estudo do Nordeste, indo desde caracterizações e interpretações geográficas e territoriais até a história de aspectos da formação das atividades econômicas e da construção e constituição da sociedade nordestina desde tempos coloniais, passando por assuntos como a história das iniciativas de planejamento para o desenvolvimento regional no terceiro quartel do século XX. Trata-se de uma obra vasta e diversificada, que merece maior exame da historiografia.

Em uma perspectiva ampla, nota-se que esse carácter multidisciplinar faz parte do método de Andrade, uma tendência que não lhe é particular e que está inserida em um movimento maior das formas de se estudar uma ciência social unificada e abrangente, o qual se consolidou durante a segunda metade do século XX. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar e inserir essa proposta metodológica de Andrade dentro do desenvolvimento das ciências sociais em sua época, examinando a posição da obra de Andrade perante o processo de aproximação dos ramos das ciências sociais e humanidades. Para tal, o texto encontra-se estruturado em três seções. Esta introdução prossegue, visando estabelecer os rumos das transformações das Ciências Sociais à época de Andrade, contrastando suas interpretações com as visões de outros estudiosos. Numa segunda seção, é analisado o carácter multidisciplinar do conjunto de livros e trabalhos científicos produzidos por Manuel Correia de Andrade, buscando observar como tais trabalhos formam um todo multifacetado, composto por livros e textos puramente históricos, geográficos ou econômicos, assim como obras estruturantes que dificilmente podem ser categorizadas em um único ramo da ciência. tecem-se algumas considerações finais sobre o lugar de Manuel Correia na Historiografia Econômica e na Geografia Econômica.

Um entendimento do lugar de Manuel Correia na historiografia econômica incia-se pela necessidade de contextualizar seus estudos com o processo geral de evolução das ciências históricas. No século XX, a história passou por um processo de renovação com mudança de paradigma aos historiadores que tinham como objeto de estudo os “fatos históricos” e realizariam o processamento, análise e interpretação desses fatos. Sobre tal mudança, Ciro Flammarion Cardoso afirma:

“A decisiva mudança de rumos ocorreu a partir de 1929, com a criação dos *Annales*, por Lucien Febvre e Marc Bloch: estes historiadores e cientistas sociais, em geral. Graças a seu estímulo – e ao de F. Simiand, E. Labrousse, J. Meuvret, etc,- começou a evolução que conduziu ao estado presente da historiografia francesa, cuja influência sobre muitos historiadores latino-americanos sempre foi grande.”(CARDOSO, 2002, p. 23)

Com a criação dos *Annales* na França e com os trabalhos de historiadores como Henri Berr, Paul Lacombe, Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Pierre Vilar etc. o foco da história ampliou-se, incorporando aspectos de outras ciências para tentar compreender uma tendência geral da evolução das sociedades e das economias.

A importância dos *Annales* na alteração dos rumos da história é descrita por José Jobson de Andrade Arruda quando ao tratar das contribuições de Fernand Braudel aponta:

“Este novo recorte põe na média duração a responsabilidade pela apreensão do sentido da história, uma escala de tempo que medeia entre os 30 e os 50 anos, tempo crítico na percepção histórica porque se instala entre a fugacidade do tempo curto e a secularidade da longa duração. Nesse sentido, Braudel foi o primeiro historiador a romper com a mais antiga e venerável das tradições: a ordem cronológica, (...)” (ARRUDA, 2014, p. 25)

Iniciar-se-ia, sob esse contexto, um novo período historiográfico com foco no estudo amplo dos processos de mudanças sociais, culturais e econômicas das civilizações. Desse ambiente surgem diversas obras de historiadores ao redor do mundo com similar visão da média duração e de sua influência sobre a caracterização da longa duração. No caso da América Latina, as contribuições de Caio Prado Junior tratam da história do Brasil da forma ampla tracejando as tendências formadas nos diversos momentos da formação da nação (PRADO JÚNIOR, 1941 e 1945).

A evolução da história econômica como observada no século XX tem seus primórdios nos debates metodológicos do século anterior. Com a primeira revolução industrial fez-se necessário um arcabouço ideológico que se justificava as pretensões da nova classe burguesa dominante daí surgiram tanto economistas e historiadores que descreviam uma marcha para a sociedade de mercado. O debate viria das formas com as quais deveriam ser feitos os trabalhos das ciências sociais, em que direção a ciência como um todo deveria caminhar. Wilson do Nascimento Barbosa aponta dois tópicos fundamentais que foram discutidos na época, seriam esses:“(a) o conflito entre método abstrato e dedutivo contra o método das observações e da indução; e (b) o conflito entre o idealismo e (contra) materialismo.”(BARBOSA, 2009, p. 132)

No início do século XX, os esforços de guerra tornaram cada vez mais necessária a organização da produção e escoamento de mercadorias, algo que estava tornando-se cada vez mais factível em função da crescente contabilização descritiva das economias e das sociedades. Uma das consequências do avanço dos instrumentos estatísticos e contábeis foi a criação de um ambiente propício a estudos históricos baseados em dados empíricos, sobre tal ambiente Luiz Souza aponta que:

“Entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, no século XX, difundiu-se e intensificou-se a coleta sistêmica de dados quantitativos, especialmente sobre preços e rendas, para o estudo retrospectivo das flutuações da atividade econômica. Iniciava-se uma *primeira fase* da chamada história econômica quantitativa.” (SOUZA, 2007, p. 2)

A evolução do que se reconhece como historiografia econômica quantitativa moderna teve seus primórdios nessa primeira fase, a partir da qual se iniciou um debate que

perduraria até os dias atuais sobre a incorporação e utilização de metodologias quantitativas e econômicas dentro da análise histórico-econômica.

Souza apresenta uma categorização das fases da historiografia econômica moderna, dividida em quatro períodos, a saber: (i) uma primeira, 1914 – 1950, associada com as guerras e crises do período, no que Eric Hobsbawm (1995) definiria como “Era da Catástrofe”; (ii) uma segunda fase associada à chamada “Era de Ouro” de 1950 a 1970; (iii), uma terceira fase atrelada ao fim da prosperidade da fase passada com período que vai de 1970 a 1990; e, por fim, temos a quarta fase (iv), caracterizada pelo processo de integração econômico e social que ficou conhecido como globalização que partiu dos anos 1990 até a atualidade (SOUZA, 2007).

Na primeira fase, se refletiram as mudanças do paradigma da teoria econômica neoclássica, pois após a crise de 1929 fez-se necessário incorporar períodos de instabilidade econômica anteriormente vistos como impossíveis ou apenas momentâneos. Nessa época se destacaram os estudos de economistas de formação neoclássica como John Maynard Keynes, que em sua *Teoria Geral*³ elaborou uma explicação para os comportamentos dos mercados de trabalho em situações que o pleno emprego não fosse algo garantido. Outro economista representativo do período foi Joseph Alois Schumpeter com a sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico*⁴ na qual a existência dos ciclos econômicos com momentos de crescimento e recessão baseados nas formas dos paradigmas tecnológicos e das dinâmicas inovativas das economias. Além desses, o russo Nikolai Kondratieff escreveu, nos anos 1920, “*The Long Waves in the Economic Life*” trabalho que propõe, pela primeira vez, uma teoria de ondas longas do desenvolvimento do capitalismo.

História e economia, como ciências, tenderam a se aproximar. Os historiadores buscaram criar bases de dados com os documentos disponíveis para guiar suas análises. Já os economistas se interessaram em aplicar os modelos baseados em teorias econômicas nas sociedades, ao longo do tempo.

Com a então crescente produção de dados das flutuações de preços e quantidades, os primeiros trabalhos de história quantitativa estavam focados nos aspectos de conjuntura. As flutuações econômicas foram quantificadas e os trabalhos de historiadores econômicos

³KEYNES, J. M.: *A Teoria Geral do Emprego do Juros e da Moeda*, Coleção "Os Economistas", São Paulo, 1996 (Originalmente publicado em 1936).

⁴ No Original: SCHUMPETER, J. A.: *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, Leipzig, Editora de Duncker & Humblot. 1911.

se destacaram por explicar os momentos de crescimento e recessão das civilizações a partir de análises baseadas em dados estatísticos.

A história, revigorada, teria como diferenciadores o seu carácter multidisciplinar e a abordagem continua. Já não seria mais suficiente interpretar somente a esfera dos fatos isolados ou conjunturais, a estrutura como forma de permanência precisaria ser considerada fundamental nas interpretações e nas teorias. Sobre tal ambiente de mudança, Ciro Flamarion Cardoso afirma que:

“O motor da evolução recente da história foi, pois – e continua a sê-lo – o contato com as demais ciências do homem; menos estruturada, a história também se mostra aberta, menos rígida, menos resistente à mudança do que outras disciplinas.”
(CARDOSO, 2002, p.24)

É a partir dessa época que podemos observar mais nitidamente o estabelecimento de ramos definidos dos estudos históricos, como a História Social, a História Demográfica, e a própria História Econômica. Esta última surgiu em duas frentes: uma liderada pelas gerações dos *Annales*. A outra a que viria a ser encabeçada pelos economistas da *New Economic History* (NEH), escola que buscava equacionar economias passadas a partir da teoria e metodologia da econometria moderna, segundo Souza a NEH:

“Trazia uma mudança de perspectiva à história quantitativa: nela, não se partiria dos dados, mas das premissas constituídas a partir da teoria econômica. Sobre tais bases, realiza-se a formulação matemática de um modelo explicativo do problema proposto. Este modelo pode ser demonstrado, assim, usando-se informação histórica através do emprego da econometria. Tal uso rendeu à vertente da Nova História Econômica a alcunha de *Cliometria* ou *econometria retrospectiva*.” (SOUZA, 2007, p.7)

A história econômica moderna é o ramo da história que, lançando mão de instrumental teórico e metodológico das ciências econômicas, busca estudar as mudanças e, o que Cardoso denominou de “*permanências*” das civilizações em suas mais diversas formas de vida material. Outra interpretação da divisão da ciência histórica é de Barbosa que aponta que:

"O surgimento da História Econômica correspondeu, portanto, à necessidade de se abandonar o “método sincrónico” utilizado pelos clássicos para expor a formação das categorias da Economia Política, e adotar em seu lugar uma “abordagem diacrónica”, “contínua”, das ocorrências econômicas na vida das sociedades. A construção de hipóteses explicativas sobre a dinâmica da sociedade ocidental foi seu ponto de partida, com o estudo da chamada “Revolução Industrial”, da “Grande Depressão de 1873-1894”, etc., chegando finalmente à discussão dos fatores não dinâmicos em escala mundial.” (BARBOSA, 1988, p.4)

Com os estudos sobre a revolução industrial a história dos acontecimentos econômicos tomara uma abordagem que não poderia se conter a acontecimentos singulares com consequência de curto ou médio prazo, as transformações que se desenrolaram no final do século XIX criaram um sistema econômico com a produção industrial no centro de suas operações. A consolidação do capitalismo industrial não é um fenômeno que possa ser condensado em um período representativo, a economia se adapta, modificando muito de seus fundamentos para manter o sentido geral da produção, a saber, no capitalismo, o acúmulo de capital.

Paralelamente à evolução da história econômica, a geografia passou por similares redefinições do que seria o foco da ciência. Pesquisadores como André Cholley⁵ e Richard Hartshorne⁶ expandem os limites da ciência, incorporando aspectos de ciências naturais e humanas na caracterização da terra. Manuel Correia de Andrade, a partir disso, conceitua a Geografia como uma ciência do espaço que:

“(...) lançando mão de conhecimentos fornecidos por ciências afins, **naturais**, como a Geologia, a Pedologia a Botânica, a Zoologia, a Biologia Geral, a meteorologia etc., e **humanas**, como a Antropologia, a Sociologia, a Economia e a História, procura descrever as formas visíveis de organização do espaço e da sua utilização pelo homem, explicando o porquê desta organização. Por isso o conhecimento geográfico não é estático; ao contrário, é eminentemente dinâmico, de vez que ao descrever e explicar a organização atual do espaço, ele está preocupado em explicar as causas desta organização, a razão de ser da mesma, estudando a sua evolução histórica e oferecendo indicações das perspectivas para o futuro.” (ANDRADE, 1976, p.18)

As questões que conectariam a Geografia Econômica e a História Econômica seriam: (I) qual a natureza dos espaços nos tempos das civilizações? (II) como as economias se organizaram espacialmente ao longo dos diversos momentos históricos? (III) quais os sentidos impostos pelas tendências históricas as transformações dos espaços econômicos?

Andrade foi fortemente influenciado não só pelos estudiosos da escola de *Annales* de maneira que estava sempre preocupado em mostrar as consequências que as estruturas econômicas, em seu sentido permanente, têm sobre a alocação das terras e a qualidade de vida dos nordestinos. Em diversas obras, nas quais se inclui a sua mais renomada “*A Terra e o Homem no Nordeste*”, Andrade utiliza-se de uma estrutura analítica que descreve como o meio

⁵Cholley, A.: *La Géographie, Guide de l'étudiant*. Presses Universitaire de France, Paris, 1942.

⁶Hartshorne, R.: *Questões sobre a Natureza da Geografia*. Instituto Pan-americano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1969.

ambiente e as relações de trabalho se modificam em dinâmica onde o homem altera a terra em um momento e é condicionado por ela em um momento posterior.

Dessa forma, Andrade assume que um geógrafo economista pode ter lugar no bojo dos historiadores que interpretam os acontecimentos históricos com foco na vida material e seus processos de transformações ao longo do tempo assimilando conceitos da geografia, da economia e da história para tentar explicar o sentido da formação e evolução das sociedades nas sub-regiões do Nordeste, focando sempre nas formas com as quais fenômenos econômicos, sociais e geográficos unidos moldam as paisagens do Mosaico Nordestino.

A pluralidade disciplinar que estava se disseminando nos estudos da história na segunda metade do século XX, influenciou fortemente as pesquisas de Andrade, de fato, o cientista lançava mão de conceitos geográficos, históricos, sociais e econômicos que refletissem com melhor coerência seus objetos de análise. Sempre buscando descrever detalhadamente as mudanças históricas Andrade se aprofundava nas minúcias de cada época, isso pode ser visto claramente em sua obra “*A Terra e o Homem no Nordeste*” na qual o autor descreve de forma contínua as transformações das relações de trabalho na hierarquia social Nordestina.

Nesse sentido, outro aspecto a se aventar na obra de Andrade é seu diálogo com três estudiosos coetâneos diretamente ligados a seu objeto ou campo de análise. São eles Celso Furtado, Josué de Castro e Caio Prado Júnior. Com os dois primeiros, o diálogo não foi para além de questões técnicas ou mesmo acadêmicas⁷, tendo Andrade demonstrado uma leitura bastante aprofundada da obra de Josué de Castro como se pode observar em sua participação em uma antologia a respeito do autor de *Geografia da Fome* (ANDRADE, 2003). Já com Caio Prado Júnior, é possível dizer que o diálogo com Manoel Correia de Andrade foi de intensiva colaboração entre ambos, uma vez que, tendo tomado ciência dos estudos sobre o Nordeste que o autor realizava desde os anos 1940, Caio Prado não apenas incorporou elementos de análise em sua *História Econômica do Brasil* (originalmente publicada em 1945, mas que receberia várias reedições até 1987), mas também incentivou Manoel Correia a publicar *A Terra e o Homem no Nordeste* pela editora Brasiliense em 1963.

1. A Multidisciplinaridade nas obras de Manuel Correia.

Manuel Correia de Andrade inicialmente produziu livros voltados ao ensino de Geografia para os níveis fundamental e colegial, dos quais em grande parte em coautoria com Hilton Sette (1911 - 1997), geógrafo escritor de livros didáticos e romancista Pernambucano.

⁷ Para Celso Furtado, ver a próxima seção deste artigo.

Com Sette, Andrade desenvolveu sua habilidade de escritos de geografia humana e física produzindo, desde os anos 1950, até 1980, um total de 8 livros com 224 edições entre eles⁸.

Em paralelo à sua produção didática nas décadas de 1950 e 1960, Andrade se debruçou sobre a problemática do subdesenvolvimento nordestino e brasileiro chegando a apontar em seu livro “Geografia, Região e Desenvolvimento” (1967) que:

“O grande problema do mundo moderno, que preocupa os pensadores e técnicos de quase todos os países é o da diferença existente entre os países desenvolvidos, entre os países industrializados e o chamado terceiro mundo, ou seja, os países subdesenvolvidos. Uma das grandes preocupações dos cientistas sociais, quer sejam economistas, administradores, geógrafos humanos, sociólogos, antropólogos, etc. É o de caracterizar o que seja o subdesenvolvimento, de vez que vivemos num mundo em que um terço da população vive nos países desenvolvidos, gozando de altos ou de médios padrões econômicos e sociais, enquanto dois terços da população vivem em condições de vida abaixo daquelas consideradas mínimas para uma subsistência razoável, para uma subsistência digna.” (ANDRADE, 1967, p.13)

Dessa forma em pleno desenvolvimento da historiografia econômica como ramo da história, Andrade já escrevia sobre a natureza da diferenciação entre os países ditos de primeiro mundo e de terceiro mundo. A obra supracitada é o esforço inicial do autor em aplicar a teoria de “*Aménagements du territoire*” da geografia econômica francesa na realidade brasileira⁹. Para tal Andrade lança mão dos casos franceses e israelitas para propor um esquema dividido em três partes: (I) Programação, fase de diagnósticos das estruturas sociais e econômicas das cidades e polos de crescimento; (II) Decisão, fase de elaboração das ações

⁸ ANDRADE, M. C. De; SETTE, H.: *Geografia do Brasil, 3ª Série ginásial*. 1ªEd. São Paulo, Editora do Brasil, 1952

ANDRADE, M. C. De; SETTE, H.: *Geografia Geral para 1ª Série Ginásial*. 1ªEd. São Paulo, Editora do Brasil, 1954;

ANDRADE, M. C. De; SETTE, H.: *Geografia Geral para 2ª Série ginásial*. 1ªEd. São Paulo, Editora do Brasil, 1954;

ANDRADE, M. C. De; SETTE, H.: *Geografia do Brasil, para a 4ª Série Ginásial*. 1ªEd. São Paulo, Editora do Brasil, 1957;

ANDRADE, M. C. De; SETTE, H.: *Geografia do Brasil: Região Nordeste*. 1ªEd. São Paulo, Editora do Brasil, 1962;

ANDRADE, M. C. De; SETTE, H.: *Geografia do Brasil, Curso Colegial*. 1ªEd. São Paulo, Editora do Brasil, 1965;

ANDRADE, M. C. De; SETTE, H.: *Geografia Geral: Física e Humana*. São Paulo, Editora do Brasil, 1ªEd. 1965;

ANDRADE, M. C. De; SETTE, H.: *Geografia dos Continentes*. São Paulo, Editora do Brasil, 1ªEd. 1968;

⁹Como pode ser encontrado nas obras: ANDRADE, M. C.: *Geografia, Região e Desenvolvimento*. Recife, 1ªEd. 1967 e ANDRADE, M. C.: *Cidade e Campo No Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1ªEd. 1974.

e política a serem executadas; (III) Execução, fase de desenrolamento das ações e fiscalização dos agentes (ANDRADE, 1967).

Manuel Correia de Andrade, como historiador, produziu livros de teor histórico-social com estudos documentais descritivos¹⁰. Já outros livros publicados, também, nas décadas de 1960 e 1970, seriam caracterizados pelo estudo das estruturas econômicas da região do nordeste brasileiro considerado até então como região subdesenvolvida por força de uma desvantagem natural decorrente das secas que assolam tal área, considerada a uma “*região problema*”, desde o Império (1822 – 1889).

Na busca pela fonte da diferenciação entre os graus de desenvolvimento entre as regiões do Brasil, Andrade lançou vistas ao binômio caracterizado pelas relações de produção e o uso das terras, dessa forma associando aspectos da geografia humana, da geografia econômica e da história econômica. Nenhuma de suas obras representa melhor o amálgama das ciências geográficas e históricas do que “*A Terra e o Homem no Nordeste*” (1962), e é nesse sentido que a produção de Andrade encontraria seu lugar na historiografia econômica brasileira.

A vida acadêmica de Andrade foi marcada pela diversidade de áreas de atuação. Tendo formação em Direito, História e Geografia, apresentaria uma profícua produção que não se limitou a uma só área da ciência social transitando por toda a sua vida entre a Geografia, a História e a Economia. Em valores absolutos, a produção de livros, artigos de periódicos e jornais é vasta, com uma diversidade temática quase que constante, só sendo quebrada no começo de sua vida acadêmica, quando Andrade produziu os referidos livros didáticos de Geografia. Se há uma multidisciplinaridade de abordagem, assim, esta se dá com foco quase que total em um tema específico, o Nordeste.

A tabela 1 traz uma quantificação de dados da produção acadêmica de Manuel Correia de Andrade desde 1952 até 2010.

Tabela 1 produção acadêmica de Manuel Correia de Andrade

Livros	413
Participações em Obras Coletivas	59
Livros Organizados	12
Prefácios, Apresentações e Introduções	25
Artigos Publicados em Periódicos	135
Artigos Publicados em Jornal	103
Conferências até 1996	149
Número de Bancas na Universidade de São Paulo	14

¹⁰ Como são os casos de: ANDRADE, M. C. De: *Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira*., Recife, Edições do Nordeste, 1953. p. 30; ANDRADE, M. C. De: *Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrizada*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1971; Dentre outros.

Ao observar a abrangência de seus trabalhos, pode-se perceber três enfoques. Primeiramente, há os *estudos de caso*, onde Andrade aborda atividades econômicas no espaço nordestino, em pequenas zonas geográficas de estudo, chegando no máximo ao nível municipal.¹¹

Para além dos estudos de caso, temos uma segunda categoria, relativa à temática dos *problemas de diferenciação regional*, ampliando o enfoque de seus estudos para o Nordeste, como um todo. Nessa categoria, temos as mais renomadas obras do autor, como “*A Terra e o Homem no Nordeste*”, e “*O Nordeste e a Questão Regional*”. Encontra-se nela o maior número de livros publicados pelo autor, sendo esses também os que mais demonstram teor multidisciplinar ao focar nos problemas do Nordeste em seus aspectos geográficos, econômicos e sociais.

Quanto ao terceiro enfoque, há os trabalhos que abarcam a problemática do Brasil como um todo, no que poderia ser chamado de *Interpretação do Brasil*. Essa categoria de menor representação tem caráter teórico. Nela, Andrade expõe sua interpretação sobre os principais gargalos econômicos do país, apontando a disparidade entre regiões mais desenvolvidas e aquelas menos desenvolvidas como o principal entrave da economia brasileira como um todo.¹²

Quanto às áreas do conhecimento em que se inserem os livros de Andrade, temos uma diversidade muito mais ampla, com trabalhos de relato histórico¹³, descrição

¹¹Exemplos de tal abrangência são os livros: ANDRADE, M. C. de.: *Os Rios do Açúcar Nordeste Oriental: O Rio Mamanguape*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. 1957;

ANDRADE, M. C. De: *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental: Os Rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais, 1959;

ANDRADE, M. C. De: *O Homem e a Cana-de-açúcar no Vale do Siriji*. Recife, Museu do Açúcar, 1967.

ANDRADE, M. C. De: *A Indústria Vinheira no Sul de Minas Gerais*. São Paulo, Associação de Geógrafos Brasileiros, 1972;

ANDRADE, M. C. De: *Polarizações para João Pessoa*. Recife, UFPE, 1975;

ANDRADE, M. C. De: *Considerações sobre as relações de dependência entre centro e periferia em áreas metropolitanas: o caso de Recife*. Recife, UFPE, 1977;

ANDRADE, M. C. De: *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife, UFPE, 1979 e

ANDRADE, M. C. De: *Recife, Uma Trajetória Secular*. Recife, UFPE, 2003

¹² Tal ideia pode ser encontrada nos livros: ANDRADE, M. C. De: *A Questão do Território no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2ªEd. 2004(Originalmente publicado em 1995) e em

ANDRADE, M. C. De: *A Questão Nacional e os Desequilíbrios de Desenvolvimento Regional*. Recife, UFPE, 1997

¹³ Como é o caso de: ANDRADE, M. C. De: *Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira*. Recife, Edições Nordeste, 1953;

geográfica¹⁴, obras que mesclam mais de uma área das ciências sociais com foco na geografia econômica¹⁵ ou na história econômica¹⁶.

Embora exista uma ampla diversidade temático-objetiva nas obras de Andrade, esse ao tratar do contexto histórico da economia Nordestina concentra sua análise em três linhas mestras. Essas linhas podem ser todas encontradas em “*A Terra e o Homem No Nordeste*” obra estruturante que consolida e sintetiza os problemas estudados por Andrade. Publicada originalmente em 1963 “*A Terra e o Homem no Nordeste*” evoluiu conforme Andrade avançava em sua pesquisa, tendo o autor atualizado a obra em 8 edições ao longo de 40 anos.

Acrescida em cinco seções, em suas múltiplas edições, “*A Terra e o Homem no Nordeste*” que originalmente era dividida nas regiões do litoral oriental e zona da mata, agreste, Sertão e litoral Setentrional, passou a incorporar a análise da região Meio-Norte com ênfase no estado do Maranhão. Além disso, foi acrescentado ao livro a interpretação sobre as evoluções da economia nacional e mundial e suas influências sobre as estruturas econômicas e sociais do Nordeste, explicando consolidação da empresa capitalista nas regiões rurais, as mudanças causadas pela globalização e o processo de integração dos mercados regionais, nacionais e internacionais.

Do ponto de vista da análise e da formulação de hipóteses de trabalho, identificam-se três linhas-mestras do autor, a saber: (I) a hipótese da territorialidade das atividades econômicas primário exportadoras, que em suas formas de dominação humana e subsunção do trabalho organizam o espaço nas regiões de melhor qualidade do solo e portanto de maior rentabilidade econômica, estabelecendo suas territorialidades no espaço do Nordeste e moldando as paisagens do mosaico regional; (II) a hipótese de que o fenômeno do êxodo rural e urbanização seria consequência de forças intrinsecamente ligadas à modernização das

ANDRADE, M. C. De: *Movimentos nativistas em Pernambuco: Setembrizada e Novembrizada*. Recife, UFPE, 1971;

ANDRADE, M. C. De: *História das Usinas de Açúcar de Pernambuco*. Recife, FUNDAJ, 1989.

¹⁴ Com as obras: ANDRADE, M. C. De: *aspectos Geográficos do Nordeste*. Recife, SUDENE, 1966 e ANDRADE, M. C. De: *Aspectos Geográficos da Região de Ubá*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1961

¹⁵ ANDRADE, M. C. De: *Geografia Econômica Do Nordeste: O Espaço e a Economia Nordestina*. São Paulo, Atlas, 1970;

ANDRADE, M. C. De: *Geografia Econômica do Nordeste: Padrões da Agricultura Nordestina*. Recife, SUDENE, 1969 e

ANDRADE, M. C. De: *Nordeste, Espaço e Tempo*. Petrópolis, Vozes, 1970

¹⁶ Como no caso de: ANDRADE, M. C. De: *História Econômica e Administrações no Brasil*. São Paulo, Atlas, 1976;

ANDRADE, M. C. De: *A Agroindústria Canavieira e a Organização do Espaço: Contribuição à História das Usinas de Açúcar de Sergipe*. Natal, Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1990

ANDRADE, M. C. De: *Formação Territorial e Econômica do Brasil*. Recife, Massagana, 2003.

estruturas produtivas do Nordeste, sem alterar um sistema arcaico de exploração do trabalho e as estruturas produtivas nas regiões rurais; e (III) de que os esforços realizados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – teriam sido insuficientes em superar barreiras essenciais ao desenvolvimento regional.

Quanto à primeira hipótese, essa se liga intrinsecamente a uma herança histórico-econômica na organização dos espaços e territórios do Nordeste. Andrade aponta, utilizando-se de exemplos pontuais¹⁷, que a estruturação de uma economia primário-exportadora teria efeito condicionante por sobre os limites de qualquer outra atividade que viesse a surgir no Nordeste. Com ênfase na cana-de-açúcar, Andrade aponta que:

“(A Cana-de-açúcar) como cultura imperial, apossara-se das terras, conquistara as várzeas de massapê e as grotas de barro vermelho, destruíra as matas, afugentara os animais e só permitia que outras lavouras se desenvolvessem, qual vassala, nas áreas em que ela não podia, nas condições da época, medrar.” (ANDRADE, 2011, p. 104)

Com o domínio do espaço econômico, a cana-de-açúcar relegaria atividades como o cultivo dos coqueirais a zonas específicas dos manguezais e praias, em terras inviáveis ao cultivo da cana. Criou-se então um modelo de utilização das terras nordestinas, dividido em zonas onde impera o cultivo da cana, intercaladas por áreas dedicadas às culturas auxiliares, voltadas ao abastecimento dos mercados regionais.

Os fatores de consolidação da indústria da cana no Nordeste não são somente ligados à sua viabilidade econômica, mas também à formação de uma civilização cuja casta política encontra-se intrinsecamente fundamentada na cultura da cana. Isso se reflete na transição dos engenhos para as usinas do açúcar no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Devido à pressão da concorrência exercida pela produção paulista, fez-se necessária a modernização dos engenhos nordestinos. Daí, inicia-se o surto usineiro que só pôde se concretizar com auxílio direto dos governos estaduais, que após um momento inicial de expansão dos números de usinas, financiaram e estimularam as fusões e realocações das mesmas para áreas de melhor posicionamento (ANDRADE, 2011).

As demais atividades auxiliares do Litoral e da Zona da Mata não dispõem, ou dispõem em menor medida, do suporte de uma comunidade construída para seu melhor funcionamento. As culturas do arroz, do algodão, do coco, pela forma com a qual foram desenvolvidas, não possuem capacidade de pressão econômica e social capazes de mobilizar

¹⁷Como é o caso relatado por Andrade da importância de Duarte Coelho na consolidação do território da coroa portuguesa no Brasil, assim como a capacidade que o mesmo teve em implementar um modelo de engenho de cana que perduraria até sua substituição pelos engenhos centrais no litoral.

as forças políticas para garantir suas potencialidades econômicas em momentos de crescimento econômico, principalmente se essas para fazê-lo necessitam de expansão para terras eventualmente ocupadas com a cana. Assim, Andrade aponta que:

“Embora o coqueiro seja planta de grande valor econômico, a ponto de se calcular o valor das propriedades na praia não pela extensão, mas pelo número de palmeiras frutificando que possuem, não moldou uma civilização típica como a cana-de-açúcar e não emprega, permanentemente, grande quantidade de trabalhadores.” (ANDRADE, 2011, p.)

No Agreste e no Sertão, as estruturas seriam diferenciadas do Litoral e da Zona da Mata, com o Agreste se destacando pela maior densidade de estabelecimentos de pequeno e médio porte voltados à criação de gado de corte e leiteiro e a agricultura de abastecimento dos centros urbanos (ANDRADE, 2011). Já o Sertão seria dominado pelos grandes latifúndios criadores de gado bovino, de forma extensiva, intercalados por estabelecimentos rurais de menor porte, voltados à produção de atividades rudimentares de suporte, como por exemplo a produção de palma para complementar a alimentação do gado, em épocas de seca. É importante ressaltar que não se trata de uma complementaridade ou formação de aglomerado produtivo, mas de atividade de suporte, tanto em escala como em técnica produtiva e de manejo dos fatores.

A segunda hipótese remete à problemática das condições de vida do povo nordestino e à desorganização dos centros urbanos nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Essa é foi se consolidando ao longo da evolução de “*A Terra e o Homem no Nordeste*” que em sua primeira edição encontrava-se dividida em seis capítulos, nos quais relatava as características territoriais, geográficas e econômicas em um contexto histórico focando nos efeitos da evolução das relações de produção sobre os trabalhadores da região.

Conforme se processou a modernização das estruturas das usinas ao longo das décadas de 1970 e 1980, Andrade percebeu a intensificação do fenômeno do êxodo rural agregando a “*A Terra e o Homem no Nordeste*” um sétimo capítulo intitulado “*O capitalismo e a evolução recente da agricultura nordestina*”. Nele, Andrade explica que a modernização da agricultura realizada pelos usineiros seria uma decorrência da instauração de um modelo econômico empresarial capitalista que eliminaria aspectos não capitalistas das relações produtivas no Nordeste rural. Como consequência da modernização no campo, criou-se uma escassez de demanda por mão de obra. Tal cenário levou Andrade a afirmar:

“Tal desequilíbrio provocou o êxodo rural e o crescimento desordenados das cidades, a princípio de grande porte, e,

posteriormente, as de médio e pequeno portes. Estas cidades hoje possuem problemas de estrutura interna de abastecimento, de segurança e de higiene, difíceis de ser corrigidos, e toda a política de desenvolvimento urbano que vem sendo aplicada não pode solucionar esses problemas, porque a sua origem está no campo, que permanece intocado, e não nas cidades. A Situação exacerbou também o processo migratório rural-rural, das áreas de ocupação tradicional para aquelas em ocupação, nas quais os migrantes pobres se estabelecem como posseiros, cultivando lavouras comerciais – o Arroz, por exemplo – e de autoconsumo, como o milho, o feijão e a mandioca.” (ANDRADE, 2011, p.245

A natureza da segunda hipótese está diretamente ligada à organização da região rural do Nordeste para com as demais regiões, impactando as zonas urbanas que, com o influxo de trabalhadores, culminam por lançar contingentes populacionais inteiros à margem da economia de mercado, nunca assimilando essa população migrante por completo na força de trabalho industrial. Os trabalhadores rurais, agora marginalizados nas cidades, são relegados aos setores de serviços e comércio ou ao instável regime do trabalho informal.

Na primeira edição de “*A Terra e o Homem no Nordeste*”, em 1963, Andrade aponta no capítulo 6 sobre “*As tentativas de solução da questão agrária*”, que os planos da SUDENE e a ação da Companhia de Revenda e Colonização (C. R. C.) teriam efeitos incertos, em decorrência do desprezo a um corpo de pesquisa técnico já realizado por pesquisadores nordestinos e da resistência dos usineiros as mudanças propostas quanto a proliferação de empresas rurais de menor porte.

Em sua última edição, a tentativa de superação do subdesenvolvimento já havia se consolidado e o Capítulo 6 de “*A Terra e o Homem no Nordeste*” passou a ser a análise de Andrade sobre a evolução do espaço econômico e das relações de produção no meio norte. Além disso, Andrade expande sua obra com mais 4 capítulos dedicados as evoluções que influíram a organização econômica no Nordeste. A explicação sobre “*as tentativas de solução da questão agrária*” ainda se encontra no livro, na forma de um anexo.

Quanto às iniciativas da SUDENE, Andrade elabora sua terceira hipótese de que os avanços realizados pela superintendência teriam modernizado o setor industrial sem com isso mudar de maneira real a estrutura da economia nordestina. Devido a uma classe política comprometida com os detentores dos meios de produção regionais, quaisquer ações dedicadas à reorganização espacial das atividades econômicas, principalmente aquelas voltadas a reduzir a concentração das terras, encontrariam forte resistência. Andrade, ao

estudar a evolução do Nordeste após os planos diretores da SUDENE, chega à conclusão de que:

“O Nordeste, apesar de continuar a ser a região mais pobre do país, conforme provam índices como o IDH, nele vêm ocorrendo modificações que acarretam mudanças formais, embora não promovam um crescimento acentuado e muito menos uma melhor distribuição de renda nem melhoria das condições de vida da população, que continua vivendo em condições precárias. O Nordeste sofre o que poderíamos chamar de um crescimento sem mudanças reais, apenas formais.” (ANDRADE, 2011, p.279)

Apesar do evidente choque com a narrativa consolidada especialmente pela obra de Celso Furtado (1989) e Francisco de Oliveira (2003, 1973), não se deve interpretar a hipótese de Andrade como a completa negação de avanços realizados pelas ações da SUDENE na sociedade nordestina. Andrade, já em 1963, acolhia calorosamente as políticas dos planos diretores que visavam a construção de armazéns para produtos agrícolas, assim como os programas que dedicaram recursos a construção de infraestrutura para a educação e a saúde.

2. Algumas Considerações sobre o Lugar de Manuel Correia de Andrade na Historiografia e Geografia Econômica

A multidisciplinaridade das obras de Manuel Correia de Andrade reflete o contexto do debate no qual esse estava inserido, refletindo também assim sua formação tanto em História como Geografia e seu tempo acadêmico na Universidade de Paris, onde teve a oportunidade de criar bases para formular uma visão única sobre o processo de formação econômica e social do Nordeste. A isso se somou uma incansável verve para o trabalho de campo. Manuel Correia de Andrade realizou extensivo trabalho empírico de observação e coleta de dados sobre seu objeto de estudo, ao longo de sua trajetória acadêmica, fortemente influenciado pelo caráter de pesquisa de campo da Geografia. Por outro lado, é importante ressaltar também o intensivo trabalho em arquivos históricos, a fim de embasar suas teses sobre a formação dos engenhos e atividades econômicas relacionadas à região. A isso, Andrade somou um acurado senso observacional, colocando em prática todo o aprendizado acumulado, em seus estudos sobre os diversos aspectos da economia nordestina indo da minúcia das paróquias às análises de caráter mais agregado.

Os trabalhos de Andrade que mais se destacaram na geografia econômica possuem uma estrutura uniforme. Ao estudar os temas de desenvolvimento, urbanização, políticas econômicas ou economia regional, a ênfase predominante se situa sempre no papel do homem na formação dos espaços e territórios econômicos, aos quais Andrade faz constante

referência, sempre descrevendo com detalhamento as regiões nas quais uma atividade começa e a outra acaba, ou as regiões em que o domínio do espaço é mais difícil de se delimitar¹⁸.

O modo de Andrade ver a formação econômica do Nordeste parte dos espaços e regiões geográficas, transbordando para os aspectos sociais relacionados as condições de vida do trabalhador e dos usos da terra. A estrutura da “*A Terra e o Homem no Nordeste*” evidencia a ligação entre a Geografia Econômica e a História Econômica. Veja-se o Quadro 1, que expõe as estruturas de duas edições de “*A Terra e o Homem no Nordeste*”, a edição original de 1963 e a 8ª edição de 2011;

Quadro 1 estrutura dos capítulos de “A Terra e o Homem no Nordeste” 1963 – 2011

Edição Original de 1963	8ª Edição 2011
1.Introdução	1.Introdução
2.O Nordeste: Região e contrastes	2.O Nordeste: Região e contrastes
3.A propriedade da terra e a mão-de-obra na região da mata e litoral oriental	3.A propriedade da terra e a mão-de-obra na Região da Mata e do litoral oriental
4. Propriedade, policultura e mão-de-obra no Agreste	4.Propriedade, policultura e mão-de-obra no Agreste
5. O latifúndio, a divisão da propriedade e as relações de trabalho no Sertão e no Litoral Setentrional	5.O latifúndio, a divisão da propriedade e as relações de trabalho no Sertão e no Litoral Setentrional
6.As tentativas de solução do problema agrário	6.O Meio-Norte e a Guiana Maranhense
-	7.O Capitalismo e a evolução recente da agricultura nordestina
-	8.O Nordeste e o impacto da globalização
-	9.O Nordeste no limiar do século XXI
-	10.O sentido da modernização no Nordeste
-	Anexo – As tentativas de solução da questão agrária

Fonte: Elaborado pelos autores.

¹⁸ Como é o caso do Agreste, zona caracterizada no capítulo 4 de “*A Terra e o Homem no Nordeste*” como transitória entre a Zona da Mata e o Sertão

O lugar de Manuel Correia de Andrade na historiografia econômica do Brasil está na ponte que este fez com a geografia econômica. Em suas contribuições para a interpretação dos espaços econômicos no tempo. É o modo de ver como as relações de produção evoluem dentro dos territórios de influência das atividades econômicas dominantes. Tal forma de pesquisar fortalece a análise da geografia econômica dando-lhe contexto histórico-econômico e agrega a história econômica permitindo o estudo da evolução das atividades econômicas pelos espaços que ocupam.

Referências

ANDRADE, M. C. de: *A Agroindústria Canavieira e a Organização do Espaço: Contribuição à História das Usinas de Açúcar de Sergipe*. Natal, Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1990.

_____: *A Questão do Território no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 2ª Ed. 2004 (Originalmente publicado em 1995).

_____: *A Questão Nacional e os Desequilíbrios de Desenvolvimento Regional*. Recife, UFPE, 1997.

_____: *A Questão do Território no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2ª Edição 2004 (Originalmente publicado em 1995).

_____: *A Indústria Vinheira no Sul de Minas Gerais*. São Paulo, Associação de Geógrafos Brasileiros, 1972.

_____: *A Terra e o Homem no Nordeste*. Recife, Editora da UFPE, 6ª Ed. 1998.

_____: *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1ª Ed. 1963.

_____: *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Cortez, 8ª Ed. 2011.

_____: *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo, Ática, 1987.

_____: *Área do Sistema Canavieiro*. Recife, SUDENE, 1988(a)

_____: *Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas Gerais*, Recife, SUDENE, 1982.

_____: *As Alternativas do Nordeste*. Recife, UFPE, 1983.

_____: *Aspectos Geográficos do Nordeste*. Recife, SUDENE, 1966.

_____: *Aspectos Geográficos da Região de Ubá*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1961

_____: *Classes Sociais e Agricultura no Nordeste*. Recife, FUNDAJ, 1985.

_____: *Cidade e Campo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1974.

_____: *Espaço, Polarização e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 2ª Ed. 1970 (Originalmente publicado em 1967)

_____: *Formação Territorial e Econômica do Brasil*. Recife, Massagana, 2003.

_____: *Geografia Econômica Do Nordeste: O Espaço e a Economia Nordestina*. São Paulo, Atlas, 1ª Ed. 1970

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

- _____:Geografia Econômica. São Paulo, Atlas, 5ªEd. 1976.
- _____:Geografia, Região e Desenvolvimento: Introdução ao estudo do *Aménagement du Territoire*. Cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais, Recife, 1967.
- _____:História das Usinas de Açúcar de Pernambuco. Recife, FUNDAJ, 1989.
- _____:História Econômica e Administrações no Brasil. São Paulo, Atlas, 1976.
- _____:Imperialismo e Fragmentação do Espaço; Revolução Industrial e Imperialismo Descolonizado, a Problemática do Mundo Atual. São Paulo, Contexto, 1991.
- _____:João Alfredo, Estadista da Abolição. Recife, FUNDAJ, 1988(b). 154
- _____:Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. Rio de Janeiro, Duas Cidades, 1980.
- _____:Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo, Ática, 1986.
- _____:Modernização e Pobreza. São Paulo, Unesp, 1994a.
- _____:Nordeste, Espaço e Tempo. Petrópolis, Vozes, 1970.
- _____:O Brasil e a América Latina. São Paulo, Contexto, 4ª Ed. 1994b
- _____:O Homem e a Cana-de-açúcar no Vale do Siriji. Recife, Museu do Açúcar, 1967.
- _____:O Nordeste e A Questão Regional. São Paulo, Ática. 1993 (Originalmente publicado em 1988).
- _____:O Sentido da Colonização. Recife, Comunicação e Editora, 1994
- _____:Os Rios do Açúcar Nordeste Oriental: O Rio Mamanguape. Recife, Fundação Joaquim Nabuco. 1957
- _____:Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental: Os Rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais, 1959.
- _____:Poder Político e Produção do Espaço. Recife, FUNDAJ, 1984
- _____:Polarizações para João Pessoa. Recife, UFPE, 1975
- _____:Uma Releitura Crítica da Obra de Josué de Castro. In *Josué de Castro e o Brasil*, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____:Três Ensaios Sobre a Realidade Nordestina. Recife, Universidade Católica de Pernambuco, 1967..
- _____:Recife, Uma Trajetória Secular. Recife, UFPE, 2003.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

ARRUDA, J. J. De A.: *Historiografia Teoria e Prática*. São Paulo, Alameda, 2014.

BARBOSA, W. Do N: *A História Econômica Como Disciplina Independente*. Departamento de História, FFLCH-USP, 1988.

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P.: *Os Métodos da História*. São Paulo, Graal, 6ª Ed. 2002 (Originalmente publicado em 1976).

_____. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (1959).

HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, F. *A Economia Brasileira: crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003 (1973).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Companhia das Letras: 2011 (1941).

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 20ª. Edição, 1985 (1945).

SOUZA, L. E. S. de.: *A Arquitetura de uma Crise: História e Política Econômica na Argentina, 1989 – 2002*. 2007. 325f, Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.